

## **Moção contrária à aposentadoria compulsória na UBA**

Os delegados ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, fazem ouvir suas vozes, juntas às de centenas de professores e pesquisadores da América Latina e do mundo todo frente à gravíssima situação que atravessa a Universidade de Buenos Aires (UBA), onde o Reitorado Buenos Aires teima em desconhecer a lei e pretende impor a aposentadoria compulsória a centenas de docentes. Neste momento, mais de 700 professores, e nos próximos meses mais outras centenas de professores, encontram-se perante a ameaça direta de serem demitidos de seus cargos pela Reitoria da UBA, em um ato ilegal, brutal e arbitrário que agride suas condições de vida e que, além disso, constitui um ato de aberta destruição da Universidade Pública. Faz três anos, os docentes universitários argentinos conquistaram, depois de árduo reclamo e mobilização, a Lei de Aposentadoria para os Docentes e Pesquisadores por votação unânime do Congresso Nacional. No fundamental, a lei estabelece um salário equivalente a 82% da última remuneração para o colega que se aposentar (antes não chegava a 50%) e a atualização do mesmo seguindo o salário dos docentes ativos. Estabelece também o direito de os docentes e pesquisadores de, ao atingir os 65 anos de idade, optarem por continuar em suas tarefas até os 70 anos. Este direito permite, por um lado, que muitos docentes, perseguidos pela ditadura, alcancem o tempo de serviço para aceder à aposentadoria; e, por outro, preservar na Universidade Pública cátedras, equipes, projetos e saberes de seus mais destacados e experimentados integrantes.

As autoridades da Universidade de Buenos Aires são as únicas que não aplicam a lei no país impondo a aposentadoria compulsória a todo docente ou pesquisador que chegue aos 65 anos. Uma política de ajuste e de mercantilização encoberta pelo argumento da autonomia, conquista da Reforma Universitária de 1918, obtida justamente para garantir a mais ampla vida democrática no interior da Universidade e vinculá-la ao progresso social. A comunidade universitária da UBA encontra-se massivamente mobilizada para impedir o desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários dos docentes e a destruição da Universidade Pública. Reclamamos, portanto, o pleno respeito à Lei 26508 da República Argentina e às normas de aposentadoria e de opção que consagra. Fazemo-lo em defesa dos direitos de docentes e pesquisadores argentinos e da própria Universidade Pública.